

OPINIÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE DIFERENTES ASPECTOS DA ESCOLA E DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO DURANTE AS AULAS

Danilo Conrado Castor¹, Ramon Willian de Sousa¹, Luís Francisco Bueno Sferra²; Mônica Ainhagne^{3*}

¹ Graduando em Educação Física – FEA; ² Profissional de Educação Física – FEA, esp. em Educação – UFMS e PUC-RJ, docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS e da Fundação Educacional de Andradina – FEA; ³ Profissional de Educação Física – FEA, Mestre Profissional em Exercício Físico na Promoção da Saúde – UNOPAR, docente da Fundação Educacional de Andradina (FEA)

* autor correspondente: monicaapersonall@gmail.com

RESUMO

Atualmente, muito se discute quanto à realidade de inclusão de variados tipos de transtornos dentro do ambiente escolar. Este trabalho trata-se de uma pesquisa de campo de caráter quantitativo, por meio da aplicação de um questionário enviado e respondido de forma *online* por vinte e um professores de educação física, a respeito da opinião deles sobre questões como estrutura, plano pedagógico e capacitação do corpo docente em relação aos alunos que se encaixam dentro do transtorno do espectro do autismo (TEA). Os resultados indicaram que 47% opinaram como regular, 33% como bom e 20% como ruim, tais questões relacionadas com a escola e o aluno em questão. Conclui-se por esses resultados que de fato as aulas de educação física são de grande importância no desenvolvimento do aluno que se encaixa no TEA, mas que alguns fatores precisam ser melhorados para que isso aconteça, como uma melhor capacitação do corpo docente para suas intervenções, estrutura, material pedagógico, planejamento, apoio da gestão escolar, para que realmente esse grupo de alunos possa ser bem incluído nas aulas. A metodologia utilizada neste trabalho foi uma pesquisa de campo de caráter quantitativo, por meio da aplicação de um questionário enviado e respondido de forma online por vinte e um professores de educação física das escolas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: autismo, educação física escolar, inclusão.

1 INTRODUÇÃO

É notório que hoje quando se fala em educação, deve-se ter a consciência de que a mesma deve ser inclusiva,

trabalhada para que alcance seus respectivos alunos de uma forma integral, dedicando-se em seu desenvolvimento como um todo, seja ele social, físico e cognitivo. Levando em consideração a

matéria de Educação Física, Neto; Lima (2016), apontam que ela exerce um papel de ensino de movimento a criança, isso colocando em questão sua individualidade e estimulando sua liberdade e criatividade, o mesmo também pontua que o professor assume o papel de aplicar atividades físicas por meio de exercícios respeitando a idade cronológica dos alunos.

Segundo Luiz e Moraes (2016), pouco se comenta sobre a participação do aluno autista nas aulas de Educação Física, isso devido as dificuldades que o aluno com esse transtorno enfrenta: social, comportamental e comunicativa, com isso ele acaba se isolando dos demais, então é necessário que haja um planejamento específico, buscando uma forma de desenvolvimento dos fatores sociais, motores e cognitivos do mesmo, possibilitando sua participação nas aulas.

De acordo com Onzi e Gomes (2015), transtorno do espectro autista (TEA) define-se por prejuízos persistentes na comunicação e interação social, bem como nos comportamentos que podem incluir os interesses e os padrões de atividades, sintomas estes presentes desde a infância que limitam ou prejudicam o funcionamento diário do indivíduo. Estes comportamentos podem surgir por diferentes causas, origens e se manifestarem em graus variados de gravidade.

Para Souza e Santos (2010), o autismo se resume pela dificuldade de se construir e vivenciar relações sociais, atrasos no desenvolvimento da fala, repetição automática que alguém faz de palavras ou frases ditas por outras pessoas, movimentos repetitivos e estereotipados, boa memória de repetição e aparência física normal. Entende-se então que o autismo se caracteriza por uma síndrome relacionada à dificuldade de construção em suas interações sociais e linguagem, mas existem também outras características que devem ser observadas e não menos importantes do que as

outras, segundo Munayer (2018), as crianças acometidas pela síndrome são resistentes a mudanças, tem extrema obsessividade e preocupação e suas ações são bem padronizadas.

Em relação às causas do TEA, ainda não se sabe ao certo quais são elas exatamente, existem inúmeros estudos que buscam uma resposta para o surgimento deste transtorno no indivíduo. Segundo Oliveira e Satie (2017):

O transtorno do espectro autista é um distúrbio complexo e geneticamente heterogêneo, o que sempre dificultou a identificação de sua etiologia em cada paciente em particular e, por consequência, o aconselhamento genético das famílias. Porém, nas últimas décadas, o acúmulo crescente de conhecimento oriundo das pesquisas sobre os aspectos genéticos e moleculares desta doença, assim como o desenvolvimento de novas ferramentas de diagnóstico molecular, tem mudado este cenário de forma substancial. Atualmente, estima-se que, por meio de testes moleculares, é possível detectar uma alteração genética potencialmente causal em cerca de 25% dos casos. Considerando-se também a avaliação clínica, a história pré-natal e a investigação de outros aspectos fisiológicos, pode-se atribuir uma etiologia para aproximadamente 30 a 40% dos pacientes.

Apontadas as características e possíveis causas do autismo, quando se trata da inclusão dessas crianças no meio escolar, existe como base as seguintes leis: Art. 1º lei de nº 13.146/15 que visa a Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Art. 1º lei nº 12.764/12, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes

para sua consecução. Art. 3º a criança tem direito à educação e ao ensino profissionalizante. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 2º lei nº 9.394/96, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por fim, levando em consideração as aulas de educação física, o professor tem uma função de estimular as potencialidades de cada aluno incluindo o autista, inserindo a criança em suas aulas da melhor maneira possível, fazendo com que ela se sinta pertencente àquela turma, trabalhando suas limitações e ajudando no desenvolvimento de suas capacidades. Segundo Maranhão (2012), a escola representa um lugar de grande relevância para a educação, pois é nela que a criança formará conhecimentos para seu futuro que serão indispensáveis, então é necessário que haja uma educação adaptada às necessidades de cada aluno. Com isso temos a necessidade de um trabalho respaldado na equidade e não apenas na igualdade.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é buscar a opinião do corpo docente da matéria de educação física de algumas escolas que realizam trabalhos com alunos que se enquadram no transtorno do espectro do autismo, indagando-os sobre a questão das reais condições de ensino aprendizagem desses alunos nas aulas, as condições da escola na recepção desses alunos e o real desenvolvimento deles.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Aplicou-se um questionário de forma *online* para vinte e um professores de educação física, de escolas públicas, cinco de Andradina (SP); três de Castilho, SP; um de Mirandópolis, SP; um de

Guaraçai, SP e dois de Três Lagoas, MS. Continha uma pergunta fechada a respeito do plano pedagógico, juntamente com a estrutura escolar e capacitação do corpo docente em relação ao trabalho desenvolvido nas aulas de educação física, com os alunos que se encaixam dentro do TEA, com as opções, “boa, regular ou ruim”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após selecionada uma das opções, o professor fez também uma breve justificativa da sua resposta. Os resultados estão expressos no Gráfico 1 para facilitar a interpretação dos resultados do questionário aplicado.

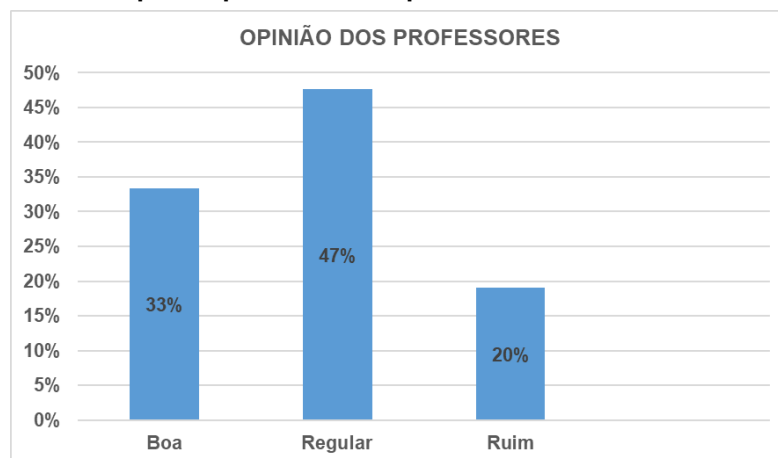
De acordo com o Gráfico 1, verifica-se que, 33% das respostas foram classificadas como boa, 47% regular e 20% ruim, em relação ao plano pedagógico, juntamente com a estrutura escolar e capacitação do corpo docente, em relação ao trabalho desenvolvido nas aulas de educação física com os alunos que se encaixam dentro do TEA.

Justificando suas respostas, os professores que classificaram como “boa” a questão em pauta, afirmaram que, a escola em que trabalham possui sim uma boa estrutura para receber os alunos que se encaixam no TEA, alguns avanços ainda estão por vir, mas em geral estão satisfeitos.

Em relação a capacitação dos profissionais, existem auxiliares habilitados que atuam em conjunto com o professor dentro da sala de aula contribuindo muito para esse processo. Cada aluno com TEA ou qualquer outro transtorno, síndrome ou necessidade especial, tem acompanhamento individualizado com um professor acompanhante que permanece com ele em todas as aulas, inclusive na de educação física. Mas houve também, mesmo classificando sua resposta como boa a justificativa de que, apesar de não terem capacitação para lidar com o assunto, conseguem

trabalhar, sempre ajudando uns aos outros.

Gráfico 1. Porcentagem de cada resposta do total de 21 professores que responderam ao questionário.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação ao plano pedagógico, o currículo é voltado para atender esses alunos, que segundo eles, é um currículo estruturante, flexível, didático, assim possibilitando o aprendizado e inclusão de todos os alunos. Todo o planejamento é adaptado e tem que ser enviado antes para a professora acompanhante para que a mesma esteja ciente do que irá acontecer na aula e se necessário é feita uma nova adaptação.

Alguns professores também falam a respeito de atividades que são voltadas especialmente para esses alunos, tais como olimpíadas especiais, sempre retratando a importância da inclusão de todos os alunos nas aulas, e ressaltando a forma de como lidar com os alunos com TEA, explicando o que é o transtorno e de que forma lidar com ele.

Os professores que classificaram suas respostas como “regular”, afirmaram que hoje o trabalho com esses alunos tem sido mais adaptativo, o grupo entre professor e colegas tem sido de qualidade, visando a necessidade de incluir e adaptar esse aluno para as aulas. A educação tem avançado de maneira espetacular, os alunos com TEA, participam das aulas com mais frequência e é visto como ser capaz, onde cabe ao

grupo de professor e auxiliares a inclusão desse aluno. Tendo em vista que, esse aluno deve se sentir à vontade, sem regras específicas e nem cobranças abusivas e que a lei de educação inclusiva veio para dar novos paradigmas fazendo valer o direito a educação de qualidade aos alunos que se encaixam dentro do TEA, ainda existe muito a ser feito, mas que estão no caminho certo. Porém, apareceram opiniões controversas a essa, justificando que o Estado dá apenas a estrutura básica para a formação de alunos sem transtorno, já com os alunos com TEA fica ainda mais difícil por precisarem de uma atenção maior. Os professores precisam se adequar e formular maneiras das aulas chegarem da melhor forma para esses alunos. Não há uma formação adequada para trabalhar com eles e o Estado não os proporciona.

Segundo eles, mesmo estando mais atuantes na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, com formação específica na área e apoio da coordenação pedagógica, ainda não há uma estrutura física capaz de atender em sua plenitude ou as normas que atendam aos portadores de necessidades especiais, não somente aos autistas, como em qualquer tipo de transtorno,

falta acompanhamento de um especialista junto com o professor, tendo assim, um trabalho conjunto para o desenvolvimento desta criança.

Em relação à qualificação profissional, segundo eles, precisam de cursos qualificados para o trabalho juntamente com a escola ao tratamento do aluno, mas alegam que apenas uma pós-graduação não é suficiente, pois entender a diversidade vai além de materiais de apoio, pois se relacionar com equidade, relacionamento interpessoal, empatia, limites, ambiente favorável a construção da aprendizagem é extremamente importante para o professor e aluno.

Alguns ainda citaram o apoio da equipe gestora e da família que se torna determinante no resultado do trabalho pedagógico.

Justificando agora as opiniões dadas como “Ruim”, os profissionais alegam que geralmente não há um plano pedagógico para alunos com TEA, não há uma estrutura escolar adequada, tudo depende de adaptações feitas pelo professor, que recebem apenas algumas capacitações falando do TEA. Apontam que além da falta de qualificação, as salas de aulas são lotadas, dificultando mais ainda esse processo, pois esses alunos precisam de uma atenção maior e direcionada para eles. O estado não oferta cursos para os docentes, o plano pedagógico com inclusão para alunos com TEA geralmente existe apenas no papel, em alguns casos alguns professores fazem cursos especializados nessas áreas, que são feitos por sua conta e muitas vezes eles mesmos compram os materiais para facilitar seu trabalho com esse grupo de alunos, vendo então por amplos pontos de vista, a inclusão acaba se tornando uma exclusão.

Por fim, apontam que ainda há muito que avançar, na prática e no acesso a tratamentos especializados, principalmente na rede pública onde a escola não tem estrutura, muito menos professores capacitados de forma

correta para tal situação. De acordo com os resultados obtidos na pesquisa, podemos observar que a maioria dos profissionais classifica como regular o sistema de ensino aprendizagem para crianças especiais, no caso aqui, que se encaixam no TEA, e a minoria como ruim.

Partindo de um parecer nosso, como discentes, sabemos que a inclusão desses alunos ainda é um desafio para o sistema de ensino, mesmo que a pesquisa tenha apontado um resultado significativo de professores que classificam como bom este sistema, percebe-se que ainda a muito para se melhorar, pois muitos professores ainda se sentem “sozinhos” com esta questão, se o trabalho realizado não for de uma maneira conjunta, que envolva professores, direção, plano de ensino, capacitação e família, se tornará mais difícil o desenvolvimento desses alunos, tornando assim um trabalho de regular para ruim.

Tendo como base a opinião de alguns autores, Souza; Assis (2015 p. 10), apontam que “a relação dos profissionais com os autistas ainda é distante, originada do desconhecimento do assunto que, segundo esses sujeitos, parte tanto de sua formação inicial quanto continuada.” Segundo Lemos; Salomão, Agripino (2014), as estratégias adotadas em aula pelos professores são, muitas vezes baseadas na intuição, com pouco respaldo teórico e pouca orientação de profissionais capacitados.

Por outro lado, de acordo com Dias e Borragine (2020), dependendo da escola que a criança está inserida e de um bom diagnóstico realizado, diferentes abordagens podem ser aplicadas, tendo em mente que os resultados poderão variar de acordo com cada criança, basta que a instituição e os professores tenham um conhecimento adequado das condições desses alunos.

5 CONCLUSÕES

É fato de que as aulas de educação

física são importantes para o desenvolvimento dos alunos dentro do TEA, pois nela esses alunos se interagem, são incluídos e com isso se beneficiam, mas percebe-se que ainda há uma certa dificuldade de inclusão e aproveitamento da aula por vários motivos.

Nota-se a dificuldade dos professores em relação a capacitação para tal intervenção em suas aulas, isso desde a formação até em cursos de capacitação relacionados a este assunto, a falta de profissionais que possam auxiliá-los também se torna um fator, mesmo sabendo que em algumas escolas existe uma pessoa específica para isso durante as aulas, mas como podemos notar, isso não se encaixa em todas as escolas pesquisadas.

Entende-se que as avaliações não foram tão negativas, pois boa parte dos profissionais classificaram como “boa” a pergunta em questão, entretanto quando somados a porcentagem de respostas obtidas como “regular” e “ruim”, temos então um resultado não satisfatório da maioria dos professores. Questões como estrutura, material pedagógico, falta de planejamento, apoio da gestão escolar e classes muito cheias, foram fatores apontados por eles.

Contudo, a conscientização dos professores em relação ao assunto se torna muito relevante para o bom andamento da aula, pois cada aluno se comporta de uma maneira, cada aluno com TEA se encontra em um nível diferente dos outros, o grande comprometimento e esforço desses profissionais no dia a dia, tem sido um diferencial durante as aulas ministradas, sempre fazendo o possível para que esses alunos possam tirar o máximo de proveito, montando estratégias para que o mesmo possa ser incluído na aula.

REFERÊNCIAS

DIAS, H. L. A. B.; BORRAGINE, S. O. F. A inclusão de crianças autistas nas aulas

de educação física escolar. Revista Expressão Da Estácio, v. 3, n. 5, 2020.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO, R. C. S. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

LUIZ, S. A. M.; MORAES, J. C. P. A participação do autista nas aulas de Educação Física: entre três olhares docentes. Buenos Aires. Revista Digital, v. 21, n. 215, 2016.

MARANHÃO, B. S. S. Educação física, transtorno do espectro autista (TEA) e inclusão escolar. Revisão Bibliográfica. Belém. Universidade do Estado de Pará. 2012.

MUNAYER, A. C. A causa autista: Ativismo de pais de autistas na internet. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos) Belo Horizonte. Fundação Mineira de Educação e Cultura. 2018.

NETO, V. A. S.; LIMA, E. M. A Educação Física escolar na visão de professores de outras disciplinas escolares. Buenos Aires. Revista Digital, v. 21, n. 215, 2016.

OLIVEIRA, K. G.; SARTIÉ, A. L. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. São Paulo: Revista Revendo Ciência Básica, v. 15. n. 2, p.233- 238, maio 2017.

ONZI, F. Z.; GOMES, R. F. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. Lajeado. Caderno pedagógico, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015.

Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com

deficiência). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020

Presidência da República. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 25 jul. 2020

Presidência da República. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 jul. de 2020

SOUZA, P. M. L.; SANTOS, I. M. S. C. Caracterização da síndrome autista. Coimbra: O Portal dos Psicólogos, 2010.

SOUZA, J. R.; ASSIS, R. M. de. Alunos autistas nas aulas de educação física: limites e possibilidades do trabalho cotidiano. Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino (EDIPE) do Centro de Estudos e Pesquisas em Didática (CEPED), v. 6, 2015.